



Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

7^a Reunião do GT- Mercúrio

MEMÓRIA

Data: 15 de agosto de 2012 – 09h30 às 17h00

9 Participantes: Lista de presença anexa

10 Coordenação: Sérgia de Souza Oliveira

11 Relatoria: Otávio Luiz Gusso Maioli

Abertura – Apresentações e análise da memória da última reunião

14 Rodada de apresentação dos presentes. A memória da última reunião já havia sido
15 anteriormente enviada para os componentes do GT, porém os mesmos não tiveram
16 tempo hábil para analisá-la e solicitaram um prazo de uma semana para enviar
17 contribuições e aprová-la.

18 **Informes Gerais sobre as negociações no INC-4, realizado em Punta Del Este de 26**
19 **de maio à 2 de julho.**

20 O representante do MRE, Felipe Ferreira, relatou brevemente o INC 4, destacando que
21 participaram da delegação do INC-4, além dele, pelo MMA, a Dra. Marília Cerqueira,
22 Assessora especial da Sra. Ministra do Meio Ambiente, a Sra. Sérgia Oliveira e Sr.
23 Otávio Maioli; a Sra. Flávia Lemos, pelo IBAMA; o Sr. Edson Mello, pelo MME; os
24 Srs. Rodolfo Milhomen e Carlos de Deus, pelo MS e o Sr. Alessandro Belisário, pela
25 ANVISA. O MRE destacou que o Comitê solicitou ao chair, Sr. Fernando Lugris, a
26 redação de um rascunho do documento base para o INC-5, refletindo as contribuições
27 alcançadas após o INC-4. Informou também sobre a reunião do Bureau extendido, que
28 será realizada em Praga nos dias 10 e 11 de setembro, com a participação do Brasil. O
29 intuito da reunião do bureau extendido é de avaliar os trabalhos do INC-4 e contribuir
30 para elaboração do texto do chair que servirá de base para as negociações.

31 Em relação ao artigo 9, sobre mineração artesanal (ASGM), o INC 4 praticamente
32 fechou o texto, inclusive seu anexo. Permaneceram sob colchetes apenas os parágrafos
33 relativos a medidas relacionadas a comércio e financiamento.

34 Sobre **oferta e comércio de mercúrio**, o representante do MRE, por solicitação da
35 FBOMS, esclareceu que, na reunião em Punta del Este, o Brasil defendeu linguagem
36 que estabelecesse claramente as obrigações do instrumento em relação a mineração
37 primária, sem dar margem a ambiguidades que permitissem a exploração de minas
38 ainda por ser descobertas ou minas atualmente desativadas.

39

40 Sobre **produtos e processos**, os trabalhos no INC 4 foram inconclusos e seguiram linha
41 diferente à adotada nos trabalhos intersetoriais.

42 Sobre o tema **emissões e liberações**, foi relatado que o tema emissões ao ar tem sido o
43 foco dos países em desenvolvimento e a abordagem de liberações de mercúrio em água
44 e solo tem sido enfraquecida por esse grupo. Foi reiterado o fato de que, para ser global
45 o documento vinculante deve abordar todos os compartimentos ambientais.

46 Sobre **estocagem/armazenamento, resíduos e áreas contaminadas**, o técnico do
47 MMA relatou que os textos sobre estocagem/armazenamento e resíduos foram abertos
48 no INC-4 e o texto sobre áreas contaminadas teve CRP submetida pelos co-presidentes
49 do grupo de contato.

50 O Grupo de contato sobre **mecanismos financeiros** teve o Brasil como Co-presidente.
51 O GC reconheceu a necessidade de dar maior substância ao tratamento de assistência
52 técnica e transferência de tecnologia. Nesse aspecto, foi proposto por grupo
53 significativo de países em desenvolvimento a adoção de artigo à parte, o que é visto
54 com resistência por países desenvolvidos.

55 Em relação ao artigo sobre **Saúde** (20bis), foi informado que cerca de 92 países apoiam
56 a proposta. Países desenvolvidos, notadamente EUA e Canadá posicionam-se contra a
57 proposta. Os EUA, por exemplo, teriam dificuldades internas em aceitar referências ao
58 termo “saúde pública”. O termo “populações vulneráveis” também apresenta rejeição
59 por parte de alguns países, especialmente o Canadá.

60 **Outros Assuntos:**

61 A representante do MMA relatou sua preocupação sobre os comentários relativos à
62 Resolução CEMMAM/Nº.011/2012 , que trata de ASGM no estado do Amazonas.
63 Explicou que a *priori* a iniciativa do Estado do Am está correta, pois está em
64 consonância com as políticas adotadas de formalização, além de obrigar o uso de
65 equipamento de controle para uso de mercúrio em ASGM, obrigar a capacitação de
66 garimpeiros e estimular o uso de tecnologia alternativa. O representante destacou,
67 entretanto, que não tinha conhecimento profundo sobre o modo como a resolução foi
68 elaborada e não tinha informações suficientes para adentrar nesta discussão neste
69 momento. A representante da FBOMS se posicionou contrária à Resolução, preocupada
70 com a deficiência no controle para o que propõe o texto da resolução, destacando que é
71 contrária a qualquer uso do mercúrio na ASGM. O representante do MME considerou
72 que a formalização prevista é o melhor caminho e isso vai ao encontro ao que o governo
73 brasileiro defende no INC. A representante da FBOMS sugeriu que a ABEMA faça
74 parte do GT-Hg para aproximar os desse debate, pois alegou que os estados não tem
75 conhecimento sobre a negociação, e sugeriu também, que o governo, de alguma forma,
76 propusesse um seminário sobre os desafios da formalização do garimpo no Brasil, para
77 discutir diversos aspectos, incluindo o uso do mercúrio. A representante do IBAMA
78 explicou que o uso de mercúrio na mineração só é legalizado quando há licenciamento.
79

80 Em relação ao tema sobre comércio exterior, a representante do IBAMA fez um relato
81 sobre um caso recente de importação de mercúrio da Europa. Destacou que a União
82 Européia recentemente banou a exportação de mercúrio e por isso essa importação
83 mencionada estava aguardando liberação do IBAMA. Este contactou o MMA a fim de
84 buscar subsídios que auxiliasse na tomada de decisão sobre esse caso. Declarou que
85 haviam dúvidas em relação se havia ou não aplicação do que determina a Convenção

86 de Roterdã nesse caso e aproveitou a oportunidade para conectar o tema à proposta de
87 criação de lista PIC, discutida no INC-4. Sugeriu também que o sistema a ser adotado
88 pelo Brasil em relação ao comércio internacional seja um ponto a ser discutido nas
89 próximas reuniões do GT-Hg.

90

91 Representante do FBOMS relembrou a proposta feita anteriormente de se buscar formas
92 de difundir as alternativas ao uso de mercúrio na ASGM em nível nacional.

93

94 **Solicitação do INC4 - informações sobre emissões e liberações de mercúrio - MMA**

95 Após retorno do intervalo e almoço, a representante do MMA, Sérgia Oliveira,
96 informou da solicitação da UNEP/Chemicals, conforme carta enviada ao membros do
97 GT via e-mail, sobre informação acerca de limites de emissões que atualmente se
98 utilizam no País e de qualquer informação relevante sobre fontes de liberação de
99 mercúrio em nível nacional, subregional ou regional, assim como o nível de liberações
100 dessas fontes, com prazo de submissão até 31 de agosto. Disse que o MMA elaborou
101 uma minuta para ser apresentada na reunião. Essa minuta serviria de base para elaborar
102 a minuta de documento, não representando qualquer submissão oficial. A mesma seria
103 apresentada e discutida nesse GT-Hg.

104 O técnico especializado do MMA, Otávio Maioli, apresentou a primeira versão da
105 minuta. Disse que o documento elaborado focava as liberações de mercúrio em água e
106 solo. O documento estava itemizado com introdução, liberações locais e efeitos globais,
107 avaliabilidade de mercúrio e compostos de mercúrio em água, solo e ar, fontes de
108 mercúrio em água e solo, estudo de casos de liberação de mercúrio em água e solo,
109 dados de inventários do mundo, implicações do uso de controles atmosféricos nas
110 liberações de mercúrio em água e solo e uso de BAT para liberações de mercúrio. O
111 técnico especializado do MMA sugeriu os dados sobre inventários fossem removidos do
112 documento, o que contou com o apoio do grupo.

113 O representante da FBOMS, André Fenner, considerou importante conter as liberações
114 de mercúrio de ASGM, com dados nacionais, na medida do possível. Segundo ele, o
115 tema não estava explícito claramente como item na lista das fontes. O representante da
116 ABICLOR, Gilberto Marronato, sugeriu buscar dados nos relatórios da ABICLOR de
117 2002 e 2011, que constam informações sobre o tema. As representantes do MME e do
118 IBAMA consideraram que maior ênfase fosse dada aos dados nacionais e que os
119 mesmos fossem adequadamente referenciados e que fossem removidos os dados de
120 outras regiões. Questionado pela representante do MME, o técnico especializado
121 respondeu que não haviam dados do diagnóstico de mercúrio.

122 Finalizando a discussão, foi encaminhado que contribuições do documento seriam
123 enviadas pelas instituições até o dia 22 de agosto. Essas contribuições seriam
124 compiladas pelo MMA que enviaria a minuta com as contribuições para o MRE, que
125 ficaria responsável pela finalização do documento, consulta aos ministérios e submissão
126 ao PNUMA.

127 **Revisão do Relatório sobre Emissões Atmosféricas – GT AMAP/UNEP – MMA**

128 O representante brasileiro no grupo de revisão, Otávio Maioli, apresentou os resultados
129 preliminares do Inventário Global de Emissões Atmosféricas de Mercúrio. A minuta

130 desse relatório foi divulgada pela UNEP aos países, visando receber
131 considerações/ponderações/sugestões até o dia 31 de agosto próximo. O representante
132 explicou a metodologia e mostrou a diferença dos outros inventários globais de
133 mercúrio e este novo relatório. A representante do MME questionou sobre o porquê do
134 documento ter considerado uso de petróleo e gás, sendo esclarecido pelo representante
135 que apenas as fontes pontuais foram consideradas e que não o setor em si. Explicou que
136 quando não havia um fator de emissão definido, ele era estimado. O representante na
137 revisão do Relatório informou que é possível atualização de dados, caso fosse pertinente
138 e que qualquer manifestação sobre o relatório fosse enviado ao MMA, ou diretamente
139 ao MRE, uma vez que está atividade não faz parte do escopo das negociações, mas será
140 apenas mais um subsídio para a mesma e cada instituição pode ser manifestar
141 individualmente.

142 **Próxima reunião**

143 Prevista para após a publicação do draft resultante do INC-4 e antes da consulta regional
144 do GRULAC, ambas ações estão com data e local indefinidos.

145 A reunião foi encerrada às 17:30 horas.